

  <https://doi.org/10.56238/aboreducadesenvomundiv1-019>

Maithê Potrich

Mestranda em Sociologia
Universidade Estadual de Londrina (UEL)
E-mail: maithepotrich@gmail.com

RESUMO

O percurso da sociologia nos currículos escolares mostra que a sua institucionalização está atrelada aos contextos histórico-culturais e sua tarefa principal seria encarar as transformações históricas, tecnológicas e geográficas como fenômenos sociais. Por esse motivo, o objetivo principal deste artigo é abordar a sociologia como uma disciplina

promissora na formação crítica dos estudantes e, sobretudo, ferramenta indispensável para a análise e desenvolvimento sociais. Para isso, apresentamos as metodologias clássicas que subsidiaram as análises contemporâneas sobre a realidade social. Por fim, mostramos como e por que o exercício da crítica constitui um dos principais elementos do trabalho sociológico e as contribuições da Sociologia para a análise e transformação sociais.

Palavras-chave: Sociologia, Sociologia Crítica, Educação, Sociedade.

1 INTRODUÇÃO

No livro *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*, o sociólogo austro-americano Peter Berger (1980, p. 36) define que, para os cientistas sociais,

“sociedade” designa um grande complexo de relações humanas ou (...) um sistema de interação (...) suficientemente complexo para ser analisado em si mesmo, entendido como uma entidade autônoma.

Uma vez definido o conceito que designa o objeto de estudo da sociologia, Berger (1980) propõe que o adjetivo “social”, quando empregado pelos sociólogos, refere-se à qualidade desse sistema de interação. “Assim, embora dois homens conversando numa esquina não componham uma “sociedade”, o que ocorrer entre eles será decerto “social”. A “sociedade” consiste num complexo de tais fatos “sociais” ”(BERGER, 1980, p.37).

Portanto, cabe ao sociólogo “apresentar os fatos sociais em sua realidade factual, e não mascarados, dissimulados ou obscurecidos por preconceitos, superstições e interesses nem sempre claros de pessoas ou grupos” (MARIOSIA, 2008, p. 87). Nesse sentido, Mariosa (2008) identifica na atitude de denúncia dessa disciplina a sua característica fundamental, o que nos permite apreendê-la, sobretudo, enquanto crítica dos processos e das realidades sociais. Por esse motivo, não podemos perder de vista as circunstâncias sociais em que se dá o conhecimento sobre uma realidade particular, afinal “o que é “real” para um monge tibetano pode não ser “real” para um homem de negócios americano” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 13). Desse modo, segundo os autores (2004, p.13), “o

interesse sociológico nas questões da “realidade” e do “conhecimento” justifica-se assim inicialmente pelo fato de sua relatividade social”.

Em vista disso, é importante destacar os significados atribuídos aos conceitos de “realidade” e “conhecimento” no contexto sociológico. Berger e Luckmann (2004, p.11) definem

"realidade" como uma qualidade pertencente a fenômenos que reconhecemos terem um ser independente de nossa própria volição (não podemos "desejar que não existam"), e definir "conhecimento" como a certeza de que os fenômenos são reais e possuem características específicas.

A investigação conduzida pelos sociólogos na interpretação das realidades consiste num conhecimento científico, ou seja, “sistemático, metódico e que não é realizado de maneira espontânea, intuitiva, baseada na fé ou simplesmente na lógica racional”, os seus procedimentos incluem “experimentação, validação e comprovação daquilo a que chega a título de representação do real” (CORREIA, 2006, p. 03). O conhecimento científico produzido pela sociologia permite a construção de instrumentos mobilizados na intervenção e na transformação da realidade, uma vez que “a análise crítica do que existe assenta no pressuposto de que (...) há alternativas susceptíveis de superar o que é criticável no que existe” (SANTOS, 1999, p. 197).

Inspirada por essa reflexão, a primeira seção deste artigo apresenta a trajetória da institucionalização do ensino de sociologia na educação brasileira e seus objetivos. Em seguida, exporemos os métodos clássicos de investigação sociológica desenvolvidos no século XIX. A segunda parte deste artigo abrigará demonstrações práticas da investigação sociológica sobre a sociedade contemporânea. Primeiro, voltaremos nossos olhares para a América Latina e o Brasil a partir do processo de consolidação da Sociologia Crítica nos trópicos. Para completar, apresentaremos as interpretações dos sociólogos Luiz Antonio Machado da Silva e Octávio Ianni sobre a sociedade brasileira contemporânea. Por fim, veremos as contribuições dos sociólogos Manuel Castells e Zygmunt Bauman. O objetivo desse percurso é abordar a sociologia como um disciplina promissora na formação crítica dos estudantes e, sobretudo, ferramenta indispensável para a análise e desenvolvimento sociais.

2 O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO BRASIL

O ensino superior foi a porta de entrada da Sociologia na educação brasileira. No ano de 1933, inaugurou-se o primeiro curso de Sociologia na Universidade de São Paulo. Meucci (2015, p.252) explica que, ali, “a sociologia foi depositária da tarefa de dizer o que é a realidade social” e o faz em vista do contexto de sua institucionalização. Naquele período, a falência do poder político das oligarquias, bem como a crise da economia agrário-exportadora e os incipientes processos de

industrialização inseriram nos centros urbanos novos modos de vida e agentes sociais - e a sociologia deveria explicá-los.

Porém, a obrigatoriedade do ensino da Sociologia na educação de jovens foi prevista apenas em 2008, por ocasião da Lei nº 11.684. Na educação básica, o objetivo da sociologia é inspirar nos alunos o exercício daquilo que o sociólogo Wright Mills (1982) denominou "imaginação sociológica". Mills (1982) afirma que os indivíduos condicionam e são condicionados pela sociedade e seus processos históricos. Por isso, deve-se compreender a realidade a partir do período em que estão inseridos e o que prepara os indivíduos para essa tarefa é a imaginação sociológica. Ela é responsável por lhes fornecer uma “qualidade espírito que lhes ajude a usar a informação e a desenvolver a razão, a fim de perceber, com lucidez, o que está ocorrendo no mundo e o que pode estar acontecendo dentro deles mesmo” (MILLS, 1982, p.11).

Assim, na primeira década do século XX, a tarefa da sociologia seria: (i) “integrar os componentes curriculares e os novos conteúdos transversais propostos sob um olhar rigorosamente atento aos fundamentos, sentidos, cursos e efeitos sociais da ação humana” (MEUCCI, 2015, p. 257) e (ii) abordar as transformações históricas, tecnológicas e geográficas como fenômenos sociais. Entretanto, não demorou até o ensino obrigatório de sociologia ser revogado pela Lei nº Lei 13.415 de 2017. A brevidade da obrigatoriedade dessa disciplina demonstrou que a educação seria redefinida sob um recorte mais técnico e pragmático com vistas à preparação dos estudantes para o mercado de trabalho.

Em síntese, o percurso da sociologia nos currículos escolares mostra que a sua institucionalização está atrelada aos “contextos históricos-culturais, das teias complexas das relações sociais, educacionais e científicas, que (...) atuam na configuração do campo da sociologia a partir de sua relação com o sistema de ensino” (SILVA, 2007, p.405). Em vista disso, o descrédito à Sociologia enquanto disciplina escolar seria explicado por suas origens democráticas (MEUCCI, 2015). A crescente desconfiança quanto à democracia e suas instituições colocaram em xeque a finalidade escolar da Sociologia e puseram novos desafios ao seu ensino - e a chave para a reversão desse cenário é a educação.

3 CORRENTES METODOLÓGICAS DA SOCIOLOGIA

A Sociologia é uma herança da Revolução Industrial. Ela se consolidou como disciplina científica na virada do século XIX para o século XX e os chamados cientistas sociais preocupavam-se, sobretudo, em investigar as relações sociais e de trabalho ensejadas pelo desenvolvimento industrial e o avanço do capitalismo. Um dos precursores dessa tarefa foi o francês Auguste Comte (1798-1857),

a quem foi atribuída a paternidade daquilo que se convencionou chamar “Física Social”. O objetivo da filosofia positivista era aplicar os métodos das ciências da natureza no estudo dos fenômenos sociais:

Eis a grande mas, evidentemente, única lacuna que se trata de preencher para constituir a filosofia positiva. Já agora que o espírito humano fundou a física celeste; a física terrestre, quer mecânica, quer química; a física orgânica, seja vegetal, seja animal, resta-lhe, para terminar o sistema das ciências de observação, fundar a física social (COMTE, 1983, p.9).

Entretanto, as origens da sociologia não se encerram aí. Para os fins desse artigo, explicaremos as teorias sociológicas produzidas, respectivamente, por Durkheim, Weber e Marx e Engels. A seguir, veremos os aspectos teóricos e metodológicos da produção desses autores, que subsidiaram as investigações sociológicas contemporâneas.

3.1 A SOCIOLOGIA FUNCIONALISTA DE DURKHEIM

No Prefácio da primeira edição do livro *As Regras do Método Sociológico*, Durkheim (2007, p.11) entende que,

se existe uma ciência das sociedades, cabe esperar que ela não consista numa paráfrase dos preconceitos tradicionais, mas nos mostre as coisas diferentemente de como as vê o vulgo; pois o objeto de toda a ciência é fazer descobertas, e toda descoberta desconcerta mais ou menos as opiniões aceitas.

Em vista disto, Durkheim propõe que as descobertas da sociologia devem ser resultado de um método funcionalista, cujas raízes estão no método experimental das Ciências Naturais. Essa perspectiva parte do princípio de que, numa sociedade, tudo exerce uma função. Em *Da divisão do trabalho social*, ao explorar o conceito de solidariedade orgânica, Durkheim (1999) demonstra a existência de uma relação de interdependência entre todos os elementos que compõem uma sociedade.

Assim, em confronto com o método positivista de Auguste Comte, que recai na dedução de fenômenos particulares a partir de leis universais, Durkheim sugere que a “sociologia deveria utilizar uma metodologia científica, investigando leis, não generalidade abstratas e sim expressões precisas das relações descobertas entre os diversos grupos sociais” (GIANNOTTI, 1983, p. 08).

Segundo Durkheim (2007, p.03), o objeto de investigação do sociólogo são os fatos sociais, que “consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo e que são dotadas de um poder de coerção em virtude dos quais esses fatos se impõem a ele”. Uma vez que os fatos sociais são exteriores aos indivíduos, Durkheim localiza na sociedade o seu substrato.

Esse raciocínio o conduziu a compreender a sociedade - seja ela política, profissional, religiosa ou de qualquer natureza - como um fato *sui generis*, ou seja, único, que não pode ser reduzido a outros. Daí surge o conceito de “consciência coletiva”, que designa um conjunto de crenças, tendências e práticas que são compartilhadas por todos os membros de um grupo. Cabe ressaltar, porém, que a

expressão fato social assume formas diferentes nas consciências individuais. Isso se deve pelo fato de que, para Durkheim, a sociedade não é uma soma das consciências individuais, mas a sua mistura que resulta na consciência coletiva.

Assim, as características que definem um fato social e concorrem para distingui-lo dos demais fenômenos das ciências naturais e psíquicas são: exterioridade, coerção e generalidade.

Além disso, Durkheim propõe que, para estudá-los, devemos tratá-los como coisa. O sociólogo deve, assim, abdicar de noções pré-concebidas, uma vez que elas podem tomar o lugar dos fatos, que, para Durkheim, devem ser estudados em si mesmos, e não na tentativa de respaldar ou verificar ideias anteriores a eles.

No segundo capítulo de *As Regras do Método Sociológico*, intitulado “regras relativas à observação dos fatos sociais”, Durkheim (2007) define que, no primeiro momento da sua investigação, o sociólogo deve se libertar do vulgo, daquilo que está além da ciência. Em seguida, ele deve recorrer à caracterização do fenômeno de acordo com a sua natureza e à classificação dos fenômenos de mesma natureza em tipos. Por fim, ele deve isolar os fatos sociais de suas manifestações nas consciências individuais.

3.2 A SOCIOLOGIA COMPREENSIVA DE WEBER

Ao distinguir a ciência social e a ciência da natureza, Weber sugere que

ao tomar um objeto, apenas um fragmento finito dessa realidade, o cientista social empreende uma tarefa muito distinta daquela que se propõe o cientista da natureza. O que procura é compreender uma individualidade sociocultural formada de componentes historicamente agrupados (...), a cujo passado se remonta para explicar o presente, partindo então deste para avaliar as perspectivas futuras (BARBOSA; QUINTANEIRO, 2003, p.102).

Desse modo, Weber propõe que, para se consolidar como uma ciência, a Sociologia deve adotar um método próprio, composto por quatro operações que devem ser efetuadas pelo cientista social para chegar ao conhecimento que pretende. Em primeiro lugar,

estabelece leis e fatores hipotéticos que servirão como meios para seu estudo; 2) analisa e expõe ordenadamente “o agrupamento individual desses fatores historicamente dados e sua combinação concreta e significativa” (...); 3) remonta ao passado para observar como se desenvolveram as diferentes características individuais daqueles agrupamentos (...) e procura fornecer uma explicação histórica a partir de tais constelações individuais anteriores, e 4) avalia as constelações possíveis no futuro (BARBOSA; QUINTANEIRO, 2003, p.99-100).

De acordo com Weber, o objeto de estudo da Sociologia é a ação social. Weber define ação como “toda conduta humana (ato, omissão, permissão) dotada de um significado subjetivo dado por quem a executa e que orienta essa ação” (BARBOSA; QUINTANEIRO, 2003, p.104.). Contudo, a

ação se torna social à medida que leva em consideração as ações de um indivíduo particular ou de uma pluralidade de indivíduos desconhecidos (WEBER, 2015). Diante disso, a tarefa da Sociologia é tornar compreensíveis os sentidos e as intenções que os indivíduos atribuem a sua ação. Desse modo, a Sociologia Weberiana “pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos” (WEBER, 2015, p.03).

Para auxiliar o cientista social na busca pelas relações causais que constituem a realidade social particular da qual sua investigação se ocupa, Weber elaborou um modelo de interpretação-investigação denominado tipo ideal. Trata-se de “um modelo simplificado do real, elaborado com base em traços considerados essenciais para a determinação da causalidade, segundo os critérios de quem pretende explicar um fenômeno” (BARBOSA; QUINTANEIRO, 2003, p.103). Em vista disso, Weber (2003, p. 106) reconhece a impossibilidade de “encontrar empiricamente na realidade esse quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma utopia”.

Essa reflexão nos leva a observar, portanto, que o indivíduo é o ponto de partida da compreensão interpretativa proposta por Weber, uma vez que é a partir do sentido subjetivo das suas ações que o cientista social poderá apreender a realidade a qual dedica o seu estudo.

3.3 O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO DE MARX E ENGELS

O materialismo histórico-dialético de Marx e Engels consiste numa combinação entre a interpretação materialista da história e a análise dialética da realidade social. Em Teses sobre Feuerbach, Marx (1845) contesta a visão materialista que toma a realidade como um objeto de contemplação, sendo que, para ele, a realidade é objeto da ação transformadora do homem. Desse modo, Marx e Engels (2007, p.86-87) compreendem que o ponto de partida da história são

os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação (...). O primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos.

O caráter dialético do método materialista histórico repousa na concepção de que a existência dos indivíduos não implica, obrigatoriamente, uma relação harmoniosa e orgânica entre eles. Em O Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels (1998) afirmam que a história é a história da luta de classes, de modo a denunciar os antagonismos e as contradições inerentes aos modos de produção.

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo (...), em síntese, opressores e oprimidos estiveram em constante oposição uns aos outros, travaram uma luta ininterrupta (...), que a cada vez terminava com uma reconfiguração revolucionária de toda a sociedade ou com a derrocada comum das classes em luta (MARX, ENGELS, 1988, p. 07).

Estamos diante, portanto, de uma perspectiva que explica a dinâmica social a partir das relações de produção. Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels (2007) explicam que o Estado e a estrutura de uma sociedade são resultado do conjunto de forças produtivas e relações sociais de produção que a constituem. Todavia, os indivíduos não produzem apenas bens materiais. Denomina-se superestrutura o nível que agrega as “ideologias políticas, concepções religiosas, códigos morais e estéticos, sistemas legais, de ensino, de comunicação, o conhecimento filosófico e científico, representações coletivas de sentimentos (...)” (OLIVEIRA; QUINTANEIRO, 2003, p.35) produzidos pelos membros de uma classe social.

Desse modo, o materialismo histórico-dialético consiste numa

análise da vida social (...) realizada através de uma perspectiva dialética que, além de procurar estabelecer as leis de mudança que regem os fenômenos, esteja fundada no estudo dos fatos concretos, a fim de expor o movimento do real em seu conjunto (OLIVEIRA; QUINTANEIRO, 2003, p.28)

4 SOCIOLOGIA CRÍTICA NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

De acordo com Santos e Baumgartner (2005), nas primeiras décadas do século XX, a herança intelectual da Sociologia na América Latina foi conduzida pelos autores da época, denominados “pensadores sociais”, a uma interpretação geral da sociedade. No Brasil, entre as principais obras produzidas nesse momento, podemos citar “Casa Grande e Senzala”, de Gilberto Freyre, “Evolução Política do Brasil” de Caio Prado Júnior e “Raízes do Brasil” de Sérgio Buarque de Holanda. Nesse período, o objeto de estudo e discussão do pensamento social brasileiro era a identidade e a formação da sociedade nacional. Assim, esses autores contribuíram para a “legitimação de um discurso sobre a sociedade, um discurso que também define uma posição do intelectual enquanto intérprete do significado da construção da sociedade nacional” (SANTOS; BAUMGARTNER, 2005, p.181).

Em meados do século XX, inicia-se o período que os autores (2005) denominaram Sociologia Científica, cujo marco é o processo de institucionalização acadêmica da disciplina e a problematização teórica da investigação empírica. Na esteira desse movimento, os sociólogos brasileiros Otávio Ianni, Florestan Fernandes, Antonio Candido e Fernando Henrique Cardoso foram protagonistas da consolidação da Escola de Sociologia da USP.

A evolução das orientações da obra de Florestan Fernandes (1920-1995), desde sua formação intelectual entre 1941 e 1952, é a grande expressão deste estilo de Sociologia na América Latina: foi a época de preocupação com a “Sociologia em uma era de revolução social” (1952-1967) (SANTOS; BAUMGARTNER, 2005, p.184).

De acordo com Germani (1967, apud SANTOS; BAUMGARTNER, 2005, p.188), nesse contexto, a Sociologia Científica, num esforço de adaptar ao território latino-americano as investigações sociológicas dos países centrais,

expressou-se na teoria da Modernização e na análise do processo de transição da sociedade tradicional para a sociedade moderna. (...) A Teoria da Modernização concebia o processo de desenvolvimento como uma transição de uma sociedade rural tradicional para uma sociedade industrial moderna.

O surgimento de uma análise questionadora sobre a Teoria da Modernização constituiu, posteriormente, a formação da Sociologia Crítica na América Latina. Um dos principais sociólogos dessa abordagem foi Luiz Aguiar de Costa Pinho, que, ao compreender o trabalho sociológico como uma análise crítica da sociedade, estudou “as possibilidades da sociedade brasileira em realizar uma transição para o desenvolvimento, com ênfase na análise da mudança social e cultural na sociedade brasileira, com aguçado olhar crítico e a busca do ideal de uma nova sociedade” (SANTOS; BAUMGARTNER, 2005, p.190).

4.1 A SOCIOLOGIA URBANA BRASILEIRA

No Brasil, as novas formas de sociabilidade e a reconfiguração da vida cotidiana promovidas pelo processo de urbanização têm orientado os estudos da Sociologia Urbana, cujos temas principais são a pobreza, as tendências econômicas modernas, os movimentos migratórios, movimentos sociais, violência e as relações raciais que se desenvolvem no espaço urbano. O sociólogo Luiz Antonio Machado da Silva é uma das principais referências nessa área.

De acordo com Freire e Rocha (2010, p.76),

Quando descreve os diferentes momentos de sua produção acadêmica, Machado da Silva distingue quatro temáticas centrais, todas voltadas para diferentes formas de sociabilidade de camadas populares urbanas: habitações populares e favelas, movimentos sociais urbanos e seus paradigmas, trabalho e informalidade, representações sociais da violência urbana e segregação urbana.

Desse modo, as formas sociabilidade e reprodução social das Favelas, do jogo do bicho e dos botequins, por exemplo, se tornaram objeto de análise do sociólogo, cuja abordagem se deu, sobretudo, através de uma lente que privilegiava as formas de sociabilidade dos grupos subalternos, marginalizados e excluídos (FREIRE; ROCHA, 2010). As investigações de Machado da Silva sobre o entendimento que as pessoas têm das suas ações e das influências sociais às quais estão expostas nos conduzem à compreensão de como a política, a moral e a cultura são refletidas nesses objetos que, a princípio, parecem banais.

4.2 A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

Há, também, interpretações sociológicas que pretendem articular os problemas atuais, como a desigualdade social, ao processo de formação da sociedade brasileira. Nessa direção, cabe destacar as

contribuições do sociólogo Octávio Ianni, que se dedicou a descobrir as contradições políticas, econômicas e sociais que marcaram a inserção do Brasil na modernidade. Para dar conta dessa tarefa, Ianni lançou mão do método dialético, a partir do qual compreende que as relações entre os fenômenos sociais são, sobretudo, relações de conflito.

Ao tratar da questão social, Ianni (2011, p.190) propõe que

a história da sociedade brasileira está permeada de situações nas quais um ou mais aspectos importantes da questão social estão presentes. Durante um século de repúblicas, (...) essa questão se apresenta como um elo básico da problemática nacional, dos impasses dos regimes políticos ou dilemas dos governantes. Reflete disparidades econômicas, políticas e culturais, envolvendo classes sociais, grupos raciais e formações regionais. Sempre põe em causa as relações entre amplos movimentos da sociedade civil e o poder estatal.

Ianni (2011) associa a disparidade entre os indicadores econômicos e sociais, que denuncia a desigualdade social no Brasil, a uma relação que, embora não seja evidente, é incômoda. Para o sociólogo (2011, p.192), “a prosperidade do capital e a força do Estado estão enraizadas na exploração dos trabalhadores do campo e da cidade”. Em vista disso, Ianni identifica os processos estruturais que constituem a base das desigualdades e antagonismos da sociedade brasileira. Entre eles, podemos citar o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo, tanto nas cidades, quanto no campo; as migrações internas, que levam os trabalhadores a buscar terra, trabalho, melhores condições de vida e direitos; a expansão contínua da industrialização e da urbanização e a metropolização dos grandes centros urbanos, acompanhada pela abertura e reabertura de fronteiras (IANNI, 2011).

Segundo Ianni (2011, p.192), nesse cenário o

emprego, desemprego e subemprego tornam-se realidade cotidiana para muitos trabalhadores. As reivindicações, protestos e greves expressam algo desse contexto. Também os movimentos sociais, sindicatos e partidos revelam dimensões da complexidade crescente do jogo das forças sociais que se expandem com os desenvolvimentos extensivos e intensivos do capitalismo na cidade e no campo.

Assim, de acordo com Ianni (1998, p.28), à medida que a produtividade, competitividade e lucratividade tornam-se o cerne da atividade econômica nas sociedades capitalistas, o mundo “se transforma no território de uma vasta e complexa fábrica global e, ao mesmo tempo, em shopping center global e disneylândia global” orientada para o benefício de uns, em detrimento do prejuízo de grande parcela da população.

5 A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA SOB O OLHAR CRÍTICO DA SOCIOLOGIA

A sociedade está em constante transformação. O século XXI, em especial, trouxe inovações que modificaram as relações entre indivíduos e sociedade, seja na esfera econômica, política, social e cultural. No seio dessas mudanças, a reconfiguração das relações de trabalho, dos arranjos políticos e

o surgimento de novas formas de sociabilidade têm recolhido a atenção de alguns cientistas sociais. Dois dos sociólogos que aceitaram o desafio de descrever as velozes transformações da realidade foram o espanhol Manuel Castells, que define essa nova época como “sociedade em rede” e “era da informação” e o polonês Zygmunt Bauman.

5.1 MANUEL CASTELLS E A NOVA ESTRUTURA SOCIAL

De acordo com Castells (2002), o avanço da tecnologia da informação promoveu mudanças cada vez mais rápidas na estrutura da sociedade. Nesse contexto, o processo de globalização ensejou uma relação de interdependência global entre as economias mundiais, de modo a revolucionar as antigas formas de interação entre Estado, sociedade e economia. Estamos diante do que Castells denominou “sociedade em rede”.

Castells (2011, p.566) define rede como “um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos”. As redes se caracterizam por serem dinâmicas, abertas, assimétricas, adaptáveis, inovadoras e descentralizadas (RUIZ, 2015). Desse modo, as redes podem se expandir e agrupar novos nós, desde que, pertencendo à mesma rede, eles compartilhem os mesmos códigos de comunicação, que podem ser, por exemplo, valores ou objetivos em comum (CASTELLS, 2011). Assim, podemos notar que nas sociedades em rede o poder é fluído e não hierárquico, ele se localiza, sobretudo, nos fluxos (RUIZ, 2015).

Estamos diante, portanto, de uma sociedade em rede com fluxos de informação, que, segundo Castells (ver ano, volume III) tem seu nascedouro na economia informacional, cujas bases são a velocidade da informação, as redes tecnológicas e a globalização. Para o sociólogo, as redes tecnológicas (online) potencializam as relações (redes offline), de modo que a tecnologia não determina a sociedade, uma vez que a tecnologia é a sociedade (RUIZ, 2015).

Em vista disso, Castells propõe que todas as mudanças observadas nas esferas econômica, cultural e política da sociedade devem ser analisadas a partir das transformações tecnológicas da informação, uma vez que o fluxo de informações - ou seja, a maneira como as informações se propagam e se consolidam em diferentes redes sociais - resulta em profundas transformações no tecido social.

No seio dessa discussão, o processo social de construção das identidades coletivas se tornou objeto das investigações conduzidas por Castells. De acordo com Muller (2013), Castells compreende que o termo identidade corresponde à relação entre pessoas e povos. Assim, a identidade seria “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados” (CASTELLS, 2002, p.22).

Castells dividiu os processos de construção de identidades coletivas em três tipos: identidade legitimadora, de resistência e de projeto. A primeira se estabelece com base em estruturas de poder e dominação da sociedade que concorrem para expandir o seu alcance e o seu controle sobre os indivíduos. A identidade de resistência, por sua vez, é construída em situações de conflito, nas quais grupos de indivíduos, reunidos em comunidade, mobilizam-se em ações coletivas. Por fim, a identidade de projeto é um meio utilizado por aqueles que querem transformar a estrutura social. (MULLER, 2013).

Muller (2013) explica, entretanto, que as relações de poder na sociedade em rede fragmentam a sociedade civil à medida que, devido a sua plasticidade, desvinculam a lógica da criação de poder e a lógica de associação e representação. Desse modo, Castells (2002, p.28) afirma que

enquanto na modernidade a identidade de projeto fora constituída a partir da sociedade civil (...), na sociedade em rede, a identidade de projeto, se é que se pode desenvolver, origina-se a partir da resistência comunal.

Nesse contexto, o estabelecimento de uma conexão entre os indivíduos fica a cargo dos movimentos sociais que, “uma vez que eles estão de fato conectados via internet que compartilham táticas, procedimentos, demandas, influenciando-se mutuamente” (SILVA; ARAÚJO, 2021, p. 269), organizam-se em rede. Ao estudar sua constituição, organização, reivindicação e prática, Castells atribui a aderência a esses movimentos às razões emotivas, que, ao serem compartilhadas, conduzem à construção de uma experiência autogestionária que contesta o capitalismo contemporâneo e as suas instituições (SILVA; ARAÚJO, 2021).

5.2 ZYGMUNT BAUMAN E A MODERNIDADE LÍQUIDA

Para Bauman (2001), o desenvolvimento do transporte e da comunicação fizeram emergir uma nova modernidade, que ele denomina “modernidade líquida”.

A modernidade sólida foi, para Bauman, um período de controle, dominação, mas nem por isso, mesmo que de maneira ambígua, não deixou de unir o mundo. Tornou, através dos diversos desenvolvimentos da indústria e do transporte, o mundo mais globalizado (...) Se a modernidade sólida foi uma tentativa de controle racional do mundo, a modernidade líquida é o mundo em descontrole (MOCELLIM, 2007, p.105).

Assim, de acordo com Bauman, a falência da modernidade sólida se deu, sobretudo, através da ineficiência dos ideais emancipatórios da Revolução Francesa. Uma vez fracassado o projeto de construção de um mundo justo e seguro, a sociedade se vê, atualmente, colhendo as consequências de uma realidade incerta. A falta de estabilidade no emprego, por exemplo, tem concentrado a insegurança dos indivíduos, ao passo que o Estado se vê incapaz de administrar essa questão.

Bauman propõe que, na modernidade líquida, a ideia de comunidade se torna um mito, à medida que a radicalização da individualização enseja desconfiança sobre as formas de sociabilidade que sugerem dependência mútua (MOCELLIM, 2007). Diante disso, o Estado e a política se tornam incapazes de concentrar as demandas dos indivíduos, estes, por sua vez, dispensam a participação em processos coletivos de tomada de decisão. Nesse sentido, a lacuna entre a valorização do individualismo e o enfraquecimento da vida coletiva tornou-se uma das questões que têm orientado a Sociologia nos últimos anos.

6 CONCLUSÃO

Nós apostamos na educação como uma ferramenta de transformação da realidade social e o fazemos porque o processo de ensino permite questionar o modelo de sociedade vigente e construir uma nova sociedade ou de um novo modo de vida. Assim, compreendemos que o ensino de sociologia deve exercer uma educação libertadora e problematizadora, que incentiva a "reflexão e a ação verdadeiras dos homens sobre a realidade, responde à sua vocação, como seres que não podem autenticar-se fora da busca e da transformação criadora" (FREIRE, 2013, p.79).

Ainda de acordo com o autor (2013), a educação problematizadora enriquece a consciência dos educandos e permite sua inserção crítica na realidade. Eles devem ser desafiados a praticar seu "poder de captação e de compreensão do mundo que lhes aparece, em suas relações com ele, não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo" (FREIRE, 2013, p. 78). Portanto, como dito por Marx (1845), as pessoas devem não apenas interpretar a realidade como um objeto de observação, mas agir sobre ela e transformá-la. A sociologia oferece os recursos necessários para que os educandos exerçam uma análise crítica sobre a realidade e atuem sobre ela.

Neste artigo, buscamos demonstrar a importância da crítica para a análise sociológica e os procedimentos metodológicos que conduzem os estudos dessa ciência a uma interpretação crítica da realidade social. Uma vez apresentados os métodos clássicos para a realização dessa empreitada, verificamos como a Sociologia do século XIX influenciou a consolidação dessa disciplina no território latino-americano. Vimos que, até chegarmos à Sociologia Crítica de meados do século XX, as interpretações sociológicas realizadas pelos pensadores sociais se dedicavam, essencialmente, a desvendar os processos de formação da identidade e da sociedade brasileira. Posteriormente, os estudos foram direcionados para a compreensão crítica da realidade social com vistas a sua transformação.

Ao voltarmos nossa atenção para essa guinada, resgatamos as contribuições dos sociólogos Luiz Antonio Machado da Silva e Octávio Ianni para a análise da sociedade brasileira contemporânea. O primeiro, enquanto representante da Sociologia Urbana Brasileira, que surge com a intenção de compreender as novas formas de sociabilidade social ensejadas pela formação dos centros urbanos,

empreendeu uma análise que tomava como ponto de partida o ponto de vista dos grupos excluídos e marginalizados. O segundo, ao lançar mão de uma análise dialética sobre as relações sociais, nos ofereceu interpretações sobre os problemas que assolam a sociedade atual, relacionando-os ao processo de desenvolvimento do sistema capitalista.

Depois, partimos para as reflexões dedicadas à análise da sociedade contemporânea através dos conceitos de “sociedade em rede” e “modernidade líquida”, elaborados, respectivamente, pelos sociólogos Manuel Castells e Zygmunt Bauman. Em síntese, mostramos como e por que o exercício da crítica constitui um dos principais elementos do trabalho sociológico e as contribuições da Sociologia para a análise e transformação sociais.

REFERÊNCIAS

- Alves, giovanni. Trabalho, técnica e estranhamento: uma análise sociológica do filme “matrix”. Revista cronos, v. 7, n. 2, 2006.
- Barbosa, maria ligia de oliveira; quintaneiro, tania. Max weber. In: um toque de clássicos: marx durkheim weber. 2. Ed. Rev. Belo horizonte: editora ufmg, 2003. V. 1, p. 97-137. Isbn 8570423173.
- Bauman, zygmont. Modernidade líquida. Rio de janeiro: jorge zahar, 2001.
- Beck, noqueira e castells. Revista ensino de ciências e Humanidades-cidadania, diversidade e bem estar-rech, v. 5, n. 2, jul-dez, p. 261-272, 2021.
- Berger, peter l. Luckmann, thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Rio de janeiro: editora vozes, 2004.
- Berger, peter l. Perspectivas sociológicas: uma visão humanística; trad. De donaldson M. Garschagen. Petrópolis, vozes, 1976.
- Castells, manuel. Conclusão: a sociedade em rede. In: castells, manuel. Sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura. 6. Ed. São paulo: paz e terra, 2011. V. 1, p. 565-574. Isbn 9788577530366.
- Castells, manuel. Era da informação: economia, sociedade e cultura. O poder da identidade. São paulo: paz e terra. 2002.
- Comte, auguste. Curso de filosofia positiva. 2. Ed. São paulo: abril cultural, 1983, p.1-41.
- Correia, wilson. Os diversos tipos de conhecimento. Monografias, v. 4, n. 08, p. 25-59. Isbn 8570423173. P. 2009, 2006. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/file/2010/artigos_teses/filoSofia/artigos/diversos_tipos_conhecimento\(1\).pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/file/2010/artigos_teses/filoSofia/artigos/diversos_tipos_conhecimento(1).pdf). Acesso em 20/02/2022.
- Durkheim, émile. As regras do método sociológico. São paulo: martins fontes, 2007.
- Durkheim, émile. Da divisão do trabalho social. São paulo: martins fontes, 1999.
- Engels, friedrich; marx, karl. A ideologia alemã. São paulo: boitempo, 2007.
- Freire, jussara; rocha, lia de matos. Para uma sociografia da sociologia urbana brasileira: a obra de luiz antonio machado da silva. Antropolítica- revista contemporânea de antropologia, n. 28, 2010.
- Freire, paulo. Pedagogia do oprimido. São paulo: paz e terra, 2013.
- Gianotti, josé arthur. Coleção os pensadores. Émile durkheim. Vida e obra. São paulo: abril cultural, 1983.
- Ianni, octávio. A questão social. Ciência & trópico, v. 17, 1989.
- Ianni, octavio. Globalização e neoliberalismo. São paulo em perspectiva, v. 12, n. 2, p. 27-32, 1998.

Mariosa, duarcides ferreira. A sociologia como crítica dos processos sociais.

Csonline-revista eletrônica de ciências sociais, n. 5, 2008.

Marx, k.; engels, f. Manifesto do partido comunista . Estudos avançados, [s. L.]

V. 12, n. 34, p. 7-46, 1998. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9068> . Acesso em: 27 fev. 2022.

Marx, karl. Teses sobre feuerbach. 1845. Disponível em:

<https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>. Acesso em: 18 fev. 2022.

Meucci, simone. Sociologia na educação básica no brasil: um balanço da experiência remota e recente. Ciências sociais unisinos, v. 51, n. 3, p. 251-260, 2015.

Mills, c. W. A imaginação sociológica. Rio de janeiro: zahar editores, 1982.

Mocellim, alan. Simmel e bauman: modernidade e individualização. Em tese, v. 4, n. 1, P. 101-118, 2007.

Muller, cintia beatriz. Movimentos sociais: as redes de organizações e a construção social da identidade: atores sociais em busca de uma identidade. In: teoria dos movimentos sociais. 1. Ed. Curitiba: editora intersaberes, 2013. Cap. 5, p. 89-96. Isbn 9788582125823.

Oliveira, márcia gardênia monteiro de; quintaneiro, tania. Karl marx. In: um toque de clássicos: marx durkheim weber. 2. Ed. Rev. Belo horizonte: editora ufmg, 2003.

Ruiz, emerson marcelo. O que é mudança de época? A era da informação segundo m. Castells. Teologia em questão, n. 27, p. 53-77, 2015.

Santos, boaventura de sousa. Porque é tão difícil construir uma teoria crítica?. 1999.

Santos, josé vicente tavares dos; baumgarten, maíra. Contribuições da sociologia na américa latina à imaginação sociológica: análise, crítica e compromisso social. Sociologias, p. 178-243, 2005.

Sell, carlos eduardo. Sociologia clássica: durkheim, weber e marx. Ed. Univali, 2002.

Silva, ileizi fiorelli. A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. Revista cronos, v. 8, n. 2, 2007.

Silva, renan bergo da; araújo, jordeanes do nascimento. Visões sobre a modernidade no contemporâneo: um diálogo com bauman,

Weber, max. A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais. In: cohn, gabriel (org.). Weber: sociologia. 7. Ed. São paulo: editora ática, 2003. Cap. Textos de weber, p. 79-128. Isbn 8508011458.

Weber, max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. De regis barbosa e karen elsabe barbosa; rev. Téc. De gabriel cohn, 4º ed. 4ª reimpressão Brasília : editora universidade de Brasília, 2015.